



A guerra no *Epitoma rei militaris* de Flávio Vegécio (séc. IV d.C.): entre a fé cristã e a pressão bárbara
The war in *Epitoma rei militaris* by Flavius Vegetius: between christian faith and barbarian pressure

Raphael Leite Teixeira¹

Resumo: A principal fonte primária deste artigo é o *Epitoma rei militaris*, escrito pelo alto burocrata Flávio Vegécio em fins do século IV, no Império Romano. O texto é marcado por um contexto cultural sincrético: o cristianismo, religião de Estado professada pelo autor, e elementos pagãos provenientes dos vários textos militares clássicos que citou. Nesse sentido, este trabalho mostra como é rico em informações sobre as transformações militares, políticas e religiosas do mundo romano do século IV. A pesquisa acompanhou tendências recentes da História Militar, destacando por fim a sensibilidade religiosa escapada de Vegécio em trechos nos quais propôs a retomada dos antigos padrões militares de disciplina e treinamento dos legionários. Esse estudo foi essencial na averiguação da viabilidade das reformas sugeridas e como a pressão bárbara manifestava-se no ocidente latino.

Abstract: The main source of information in this article is the *Epitoma rei militaris* written by Flavius Vegetius, a very important bureaucrat from end of the IV Century A.D. The text is marked by a complex culture involving Christianity (the religion of State) and pagan elements originated from various military documents. Judging by all information's about them politic, military and religious transformations around the world at the century mentioned I can tell how rich this work is. Following previous tendency of Military History the research found in the end religious sensibility from Vegetius when he suggested change of discipline and training for the legionary. This study became essential to check feasibility of reform suggested and how the barbarian pressure manifested in Roman Western.

Palavras-chave: *Basileia* – Exército romano tardio – História Militar – Vegécio.

Keywords: *Basileia* - Late roman army – Military History – Vegetius.

¹ Aluno do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Projeto de Pesquisa “A Guerra no Mundo Antigo e Medieval: de Vegécio (séc. IV) ao conde de Barcelos (séc. XIV)”, do Prof. Dr. Ricardo da Costa (www.ricardocosta.com). E-mail: rlteix@yahoo.com.br

I. Mudança de conceito estratégico e a luta contra os bárbaros no ocidente romano do século IV²

O Baixo Império Romano (284-476) foi marcado por golpes de Estado e pela guerra. Teve por prelúdio a famosa Anarquia Militar (235-284), cuja principal característica foi a constante sucessão de imperadores geralmente aclamados pelas tropas de fronteira (*limitanei*). Estas esperavam que seus candidatos à púrpura dessem cabo às invasões bárbaras. Boa parte desses governantes não fez seus sucessores, tampouco imprimiu uma característica administrativa própria.

Além disso, quase todos acabaram assassinados pelos invasores ou por revoltosos insatisfeitos com suas estratégias militares (GONÇALVES, 2006: 186). No âmbito restrito do exército a crise impôs uma renovação da tática, da estratégia e do sistema de recrutamento. O exército romano revelou nesse contexto uma das bases de sua eficácia: a capacidade de adaptação (BOHEC, 2004: 285).

Em 284, Diocleciano tornou-se imperador. Aparentemente, não parecia muito diferente dos desafortunados imperadores-soldados. Apesar disso, surpreendeu em termos administrativos com a Tetrarquia (ou governo por quatro), inovação que finalmente restaurou a estabilidade do mundo romano.

Com um exército ampliado, realizou campanhas em todas as frentes e assim restaurou a maior parte das antigas fronteiras. Sua estratégia representou um retorno às fronteiras firmes e à segurança impeditiva, embora alterada devido às circunstâncias dos seus dias (FERRILL, 1989: 34-36).

Após seu longo reinado (encerrado em 305) e do breve reinado de Constâncio (305-306), Constantino deu uma guinada notável na estratégia romana. De forma inovadora ele estabeleceu um exército móvel central e um sistema de defesa em profundidade no lugar do que restava da segurança impeditiva do Alto Império (FERRILL, 1989: 37). Em última análise, uma das principais conseqüências de tão radical medida foi o solapamento da infantaria, vital para as grandes batalhas das décadas subseqüentes (FERRILL, 1989: 42).

² Todas as datas deste artigo situam-se depois de Cristo (d.C.), salvo em observação contrária.



Outrora integrante de uma estátua colossal do imperador Constantino (306-337), essa cabeça de mármore está hoje exposta no Palazzo dei Conservatori, Roma. Datada de c. 313-315, ela tornou-se famosa pela magnitude e pelo eterno olhar para o futuro. Eusébio de Cesaréia, em sua *Vita Constantini*, registrou que antes da batalha da Monte Mílvia (312) Constantino teria tido uma visão na qual viu Cristo dizendo “*meus pace est cum Vos... In Hoc Signo Vinces*” (“A minha paz esteja convosco... com este signo vencerás” [referindo-se à cruz]). Impressionado, ele ordenou que seus soldados, juntamente com os de seu aliado Licínio, substituíssem o clássico símbolo da águia pelo da cruz cristã. Imbuídos por esse novo espírito, venceram Maxêncio e suas tropas. A adoção do símbolo cristão nos escudos foi um marco do início da cristianização do exército romano.

Constâncio II (337-361), envolvido com suas legiões em uma intrincada luta pelo poder, além da luta contra Sapor, no Oriente, enviou seu primo Juliano como César para conter os bárbaros que haviam transposto o Reno (355). Este, dois anos depois, obteve uma notável vitória em Estrasburgo a partir de um sistema de infantaria ligeiramente semelhante às antigas fileiras. Foi esta que manteve a disciplina e conteve o avanço dos alamanos quando a cavalaria fugiu em pânico (GOLDSWORTHY, 2007: 444).

Tal fato nos leva a duas conclusões prévias: 1º) Apesar de praticamente não ter sofrido prejuízos com a reforma constantiniana, a força montada romana não estava isenta de despreparo e indisciplina; 2º) o descaso com a infantaria, consequência direta da reforma supracitada, agravada pela preferência de tropas germânicas não tinha produzido ainda um quadro irremediável.

Como os fatos subseqüentes revelaram, o exército romano foi vítima de erros de liderança, embora ainda fosse muito respeitado pela sua tradição e força. Um exemplo a ser citado foi a amarga derrota na Pérsia (363), na qual morreu o próprio imperador, Juliano. De sua atuação como general depreende-se que,

por vezes, teve intenção de emular os antigos comandantes romanos (GOLDSWORTHY, 2007: 452). Esse detalhe pode ser olvidado pelo fim trágico que teve. A fim de salvar o que restava do contingente, Joviano (363-364) teve de resignar-se a um humilhante e dispendioso tratado com os vencedores (FERRILL, 1989: 49).

O pior, no entanto, veio em 378: na fulminante batalha de Adrianópolis os godos aniquilaram ou capturaram talvez até dois terços do exército romano. O imperador Valente (364-378), comandante-em-chefe, jamais teve o corpo encontrado. Segundo testemunho da época, esse foi o maior desastre da história militar romana desde Cannae (216 a.C.) (MacDOWAL, 2001: 7). Provavelmente nunca tenhamos condições de dimensionar o real impacto psicológico de tais derrotas, mas é possível encontrar ecos na literatura militar dos anos seguintes. Dedicar-me-ei a tal tarefa mais à frente.

A progressiva bipartição das forças militares romanas, conseqüência direta da reforma de Diocleciano teve sua dose de responsabilidade nos desastres mencionados e em especial no de Adrianópolis. Tal problema foi temporariamente contornado quando Teodósio restaurou as defesas fronteiriças e reunificou pela última vez o Império (394-395). Apesar disso, comprometeu fatalmente a romanidade do exército quando admitiu sob seu comando os *foederati*. Tratava-se de grandes unidades militares bárbaras que lutavam de forma independente e remuneradas pelo erário imperial (KEEGAN, 2006: 362-363).

Esse comprometimento à romanidade e à eficiência do exército é geralmente conhecido como “barbarização” ou “germanização” e embora tivesse raízes distantes, conheceu seu caminho sem volta com as medidas de Teodósio. Os próprios bárbaros a partir de então passaram a desdenhar a romanização (LOT, 1980: 212). A conseqüência imediata foi o aprofundamento do papel deletério que representavam sobre a unidade, a identidade e a disciplina das legiões. O exército da época tinha a marca do *barritus*, grito derivado do antigo cântico de guerra germânico (*Epitoma 3º*, XVIII).

Associado à necessidade de acomodar no seio do Império populações com as quais não mais se podia combater, deve-se ter em mente que no século IV a população romana estava em declínio. É notório que entre os romanos a reprodução natural sempre foi fraca, visto que sua mentalidade era mui pouco naturalista; contracepção e aborto eram empregados sem empecilhos (VEYNE, 1990: 26). No entanto, no século em questão a situação estava agravada e o recrutamento militar logo foi afetado. Nesse sentido, o recrutamento bárbaro também foi uma alternativa à escassez de recrutas romanos.

O fato de o serviço militar ter deixado de ser uma profissão considerada desejável ou honrosa agravou a situação. Prova disso é que teve que ser tornado hereditário; tal medida, contudo, não foi suficiente. Aos latifundiários foi imposta a obrigação de fornecerem recrutas ao lado da taxa sobre seus porcos e o serviço militar passou a ser tão impopular a ponto de cidadãos preferirem a auto-mutilação (EMBLETON & MACDOWALL, 1994: 8)!

Foi nesse contexto que viveu um cristão e provável ministro de Teodósio – Públio Flávio Vegécio Renato (DAWSON, 1999: 277; MAZZARINO, 1991: 59). A ele coube o *status* de último teórico militar do ocidente romano. O *orbis romanorum* de então ainda tentava se recuperar do trauma material e psicológico de Adrianópolis. Em 379 a política de Teodósio focalizava a contra-ofensiva à invasão gótica – com a conseqüente devolução da confiança aos habitantes do Império – e a recuperação moral das tropas (GÓMEZ-VILLEGAS, 1999: 119).

A principal obra de Vegécio, *Epitoma rei militaris* (Epítome de Assuntos Militares) é de inestimável valor para o estudo da estrutura, organização e disciplina da legião clássica. O compilador propôs que tais elementos fossem retomados a fim de pôr termo à grave crise político-militar de seus dias. Desta forma, legou também um importante testemunho sobre o descaso com a disciplina da infantaria do Baixo Império Romano.

Marcada pelos abalos da época, a obra possui importantes vestígios dos sentimentos coletivos de uma romanidade que se via acuada em um mundo que se desintegrava. Nesse sentido, fez eco a um compatriota anônimo que, décadas antes, emitiu um testemunho emblemático (apesar de um pouco exagerado) (*De rebus bellicis*, 6):

Im primis sciendum es quod imperium Romanum circumlatrantium ubique nationum perstringat insania et omne latus limitum tecta naturalibus locis appetat dolosa barbaries.

Antes de tudo há que ser consciente de que a insanidade das nações que em nosso derredor ladram acossa ao Império Romano por todas as partes e os traçoeiros bárbaros, guarnecidos pelos acidentes naturais, assaltam todos os pontos de fronteira.

Da esquerda para a direita: reconstituição moderna de como se equipavam um legionário, um auxiliar (séc. I) e um soldado romano tardio (GOLDSWORTHY, 2000: 51). O legionário e o soldado auxiliar do exército romano clássico estão mais bem protegidos para o combate do que o militar dos sécs. IV-V. Este último porta a *spatha* (espada) no lugar do tradicional gládio romano (somente o punho está à mostra). Trata-se de uma influência da germanização do exército, determinante na ofensiva romana: munidos de *spatha*, os soldados não mais golpeavam com a ponta, mas o gume. O capacete e a couraça teriam sido abandonados no reinado de Graciano (367-383), conforme registrou Vegécio (1º, XX). Este atribuiu essa mudança nefasta à desídia dos soldados e à anuência das autoridades. Soma-se a esses fatores a forte influência dos guerreiros germânicos introduzidos no exército de Roma.

II. Um cristão a serviço do Império cristão

Quando o cristão Vegécio recebeu a ordem imperial para a redação de um compêndio de assuntos militares, demonstrou a submissão que séculos antes seu compatriota Paulo havia recomendado (Rm 13, 1-2):

Todo homem se submete às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade opõe-se à ordem estabelecida por Deus. E os que se opõem atrairão sobre si a condenação.

Curvar-se à autoridade imperial era regra entre os cristãos. A Igreja, embora tenha tentado, não dominou o Estado romano – do contrário – aceitou passivamente suas instituições (LOT, 1980: 53 e 66). Tal espírito é claro no prólogo do Livro Segundo: em um misto de panegírico e ideal cristão de obediência, Vegécio confessou ter hesitado em prescrever preceitos militares ao seu vitorioso *princeps* e *imperator*, que não é identificado. Resignou-se finalmente a atendê-lo por medo de cometer um “sacrilégio” (*sacrilegi*). Expressões como esta, facilmente encontradas nas páginas do compêndio,

não devem ser entendidas como mero recurso retórico, visto que no século IV o principado deu lugar a uma monarquia cristã de natureza sagrada – a *basileia*.

A consolidação dos fundamentos místicos do poder imperial foi um processo que se iniciou nas últimas décadas do século III. A partir de Constantino foi potencializado com os elementos da cultura cristã que então se agregaram ao substrato helenístico (SILVA, 2003: 277). Interessava a cada imperador-*basileus* se resguardar da caótica instabilidade política que marcou a Anarquia Militar e ao mesmo tempo ter segurança para aplicar medidas extremas e impopulares. Para tanto, cada qual investiu em uma espécie de propaganda que destacava suas atribuições heróicas na salvação do *orbis romanorum*. Como resultado, paulatinamente se integraram e até mesmo se confundiram com a divindade (MENDES & SILVA, 2006: 201).

Findada as perseguições, o cristianismo evoluiu de religião tolerada e protegida para ser finalmente a religião de Estado sob Teodósio, deixando vestígios de uma intensa propaganda política nesse processo. Pela numismática sabemos que o lábaro cristão FEL TEMP REPARATIO (“ressurgimento da grandeza romana através do baluarte cristão”) foi recorrente não só sob Constantino, mas também sob os imperadores Constâncio II, Joviano e Valentiano I (CARLAN, 2007: 11).

É nesse contexto que os vocativos indubitavelmente divinos que Vegécio atribui ao *basileus* – como “Vossa eternidade” (*uestrae perennitatis*) – devem ser entendidos. A esse ente poderoso respondia o sucesso de qualquer empreendimento, bem como o bem-estar do *orbis romanorum* (1º, Prólogo):

Quia neque recte aliquid inchoatur, nisi post Deum fauerit imperator, neque quemqua magis decet uel meliora sciere uel plura quam principem, cuius doctrina omnibus potest prodesse subiectis.

Porque nenhum empreendimento resulta se, depois de Deus, não apoiar o imperador, e porque a ninguém convém tanto estar inteirado de variados assuntos como a um príncipe de cujo conhecimento resulta a felicidade de todos os seus súditos.

Tudo isso fica ainda mais claro em um capítulo no qual se atesta ainda o avançado estágio da cristianização do exército (2º, V):

Diligenter igitur lectis iunioribus animis corporibusque praestantibus, additis etiam exercitiis cotidianis quattuor uel eo amplius mensuum, iussu auspiciisque inuictissimi principis legio formatur. Nam uicturis in cute punctis milites scripti, cum matriculis inseruntur, iurare solent; et ideo militiae sacramenta dicuntur. Iurant autem per Deum et Christum et sanctum Spiritum et per

maiestatem imperatoris, quae secundum Deum generi humano diligenda est et colenda.

Nam imperator cum Augusti nomen accepit, tamquam praesenti et corporali Deo fidelis est praestanda deuotio, inpendendus peruigil famulatus. Deo enim uel priuatus uel militans seruit, cum fideliter cum diligit qui Deo regnat auctore. Iurant autem milites omnia se strenue facturos, quae praeceperit imperator, numquam deserturos militiam nec mortem recusaturos pro Romana republica.

Depois de ter escolhido com cuidado recrutas robustos de corpo e mente e de os ter treinado todos os dias durante pelo menos quatro meses, forma-se uma legião por ordem e sob a proteção do príncipe invencível. Para isso são marcados, são matriculados nos registros da legião e faz-lhes prestar um juramento, os chamados sacramentos do serviço militar. Juram, pois, por Deus, por Cristo e pelo Espírito Santo, e pela majestade do imperador, que deve ser amado e adorado logo a seguir a Deus.

Porque o imperador, a partir do momento em que aceita o título de Augusto, deve ser amado e servido com devoção, pois passa a ser a imagem de Deus na terra, e tanto o cidadão como o soldado que ama o seu príncipe serve o próprio Deus. Por isso, os soldados juram que obedecerão com zelo a tudo o que lhes for ordenado pelo imperador, que jamais desertarão as suas bandeiras e que não se recusarão a morrer pelo Estado.

Na Antigüidade Clássica, quando os exércitos de duas cidades se enfrentavam, seus respectivos deuses tomavam parte na luta. Os homens de então acreditavam sinceramente que em tais situações os deuses combatiam ao lado dos soldados e podiam inclusive ser detestados, injuriados, agredidos e até presos (COULANGES, 1961: 322).

Tal idéia jamais passaria pela cabeça de um seguidor do Deus Onipotente, mas, de acordo com a teologia política da *basileia* expressa na citação, qualquer agressão ao imperador e à sua jurisdição seria um atentado à própria Divindade. O substrato pagão, nesse sentido, longe de ter sido anulado, foi *deslocado* dentro da lógica paulino-cristã. Não resta dúvida: os compromissos dos recrutas perante o Estado continuavam bem claros.

Somado a isso, a função do exército romano desde o século II era eminentemente defensiva, o que permitia a cristãos como Vegécio conciliar a fé eminentemente pacifista com a idéia do serviço militar (CARDINI, 2002: 474).

A partir da análise – direta ou indireta, não se sabe ao certo – dos textos de diversos autores pagãos, como Catão, Paterno, Frontino, Salústio e Virgílio, entre outros, o autor do *Epitoma rei militaris* compôs um quadro particular do exército romano clássico que deveria ser reaplicado aos seus dias. A infantaria

pesada nada mais era do que uma máquina de matar e era justamente isso que queria de volta.

Toda a instrução, treinamento e disciplina recomendados tinham esse objetivo. Deter-nos-emos em um único exemplo: quando aconselhou que os recrutas deveriam ser instruídos a ferir os inimigos com a ponta e não com o gume do gládio (1º, XII), Vegécio queria que o golpe fosse o mais letal possível.



Moeda comemorativa da *Disciplina* (BOHEC, 2004: lâmina 39). O costume romano de deificar abstrações alcançou a Disciplina, valor caro a um Império construído pela força de seus homens. Divindade cultuada especialmente pelos soldados, que eram profundamente religiosos, a ela chegou-se a dedicar altares nos acampamentos. E estes eram uma espécie de cidadela fortificada, visto que os gládios romanos só eram desembainhados quando os deuses anuíssem (COULANGES, 2006: 256). Na imagem, militares aparecem em formação – talvez uma tentativa de tornar visível um conceito tão abstrato como o de *disciplina*.

A despeito do espírito clássico da *humanitas*, a guerra greco-romana não teve paralelo em termos de crueldade no Ocidente até o século XIX (VEYNE, 1992: 292). Além de muito provavelmente só ter em mente essa forma de combate, o cristão Vegécio não teve dores de consciência ao recomendar seu instrumento sanguinário porque os soldados romanos estavam empenhados em um *belum justum*, uma guerra justa. E esse *belum justum* foi por ele concebido em sua acepção clássica, dado em primeiro lugar a origem de suas fontes (no compêndio não é feita nenhuma alusão a escritos judaico-cristãos).

Depois, só décadas mais tarde Agostinho definiu o conceito cristão de “guerra justa” e “guerra injusta”, defendendo firmemente que os seguidores do “Príncipe da Paz” (Isa 9, 6) poderiam ingressar sem nenhum receio na primeira (CARDINI, 2002: 475). Foi a primeira justificação consolidada para o serviço militar cristão.

Um *belum justum* para os antigos romanos era aquele para o qual haviam sido arrastados por malfeitores. Implicava em apresentação prévia de uma exigência oficial de desculpas, bem como uma advertência e uma declaração formal (DAWSON, 1999: 210-211). Na Antigüidade sempre existiram aqueles que não se compraziam com a guerra, mas a denúncia da paz nunca chegou a negar explicitamente a existência de guerras justas (DAWSON, 1999: 224).

Em virtude de tudo isso, fica atestado que era plenamente possível, nos últimos tempos do Império, ter conjugados uma profunda religiosidade cristã a um profundo patriotismo. Mas Vegécio esteve muito mais influenciado por sua religião do que parece à primeira vista. É essa uma das explicações mais convincentes de ter agido como uma influência moderadora sob o clássico culto da ofensiva (DAWSON, 1999: 280). Afinal, por ocasião da morte de Teodósio (395), o exército “era ainda um instrumento possante” (FERRILL, 1989: 69). Um apelo à ofensiva contra os bárbaros à moda clássica seria, portanto, algo admissível e até esperado de um patriota convicto.

O ministro de Teodósio era sumamente cauteloso, para não dizer reticente, em relação à batalha campal. A seu ver um bom general só deveria empreendê-la quando surgisse uma oportunidade ou em caso de muita necessidade. Preferia que o inimigo fosse vencido pela fome, pela surpresa ou pelo medo (3º, XXVI). Poder-se-ia argumentar que tal idéia remontava-se aos tempos republicanos: Frontino (35-104 a.C.), por exemplo, nos informa que Júlio César dizia que preferia vencer o inimigo pela fome a pelo ferro (*Strat.*, Livro IV, cap. VII).

Tratava-se de um recurso mais econômico em termos materiais e de baixas. Mas, no século IV era também uma estratégia mais realista e, por que não, mais condizente com a religião do amor ao próximo na medida em que tinha como objetivo forçar a rendição no lugar dos banhos de sangue que inevitavelmente ocorriam.

Outra possível influência do cristianismo sobre as exortações militares do autor aparece no fim do capítulo V do Livro Segundo, que transcrevemos na página 4. Não nos é muito claro se os militares realizavam o juramento exatamente como ali está colocado ou se o tal era um ideal de Vegécio. De qualquer forma, a tática do exército alto imperial podia ser resumida em uma idéia – que certamente o ministro de Teodósio conhecia – “matar sem deixar-se matar” (BOHEC, 2004: 163).

Muito mais do que simples evidência da influência da concepção martiriológica judaico-cristã no *sacramentum* militar, essa transformação é prova

da profunda alteração de postura do exército em relação ao Estado. Por consequência, isso reflete também uma mudança de postura crucial em relação a uma peça-chave das guerras do Baixo Império: o inimigo bárbaro.

Nesse sentido, é preciso mais uma vez destacar a importância de uma fonte tal qual o *Epitoma rei militaris* na investigação das transformações da guerra romana após a união do Estado com a Igreja. Ao mesmo tempo, são claras as permanências do paganismo que se amalgamaram ou coexistiram ao lado do cristianismo no exército romano. Estudos futuros deverão esclarecer as implicações dessas transformações para a guerra romana no Império cristão.

III. Considerações finais: uma proposta (e uma oração) não atendida

À parte de todas as críticas que são feitas à fonte analisada neste artigo, há que se concordar que seu autor percebeu muito acertadamente que a principal falha do exército romano de seus dias residia “na negligência da infantaria pesada e da disciplina” (DAWSON, 1999: 278). O problema era tão grave que a legião – criada com o auxílio da “inspiração divina” (*diuinitatis instinctu*) (2º, XXI) – já era uma estrutura praticamente nominal devido à acentuada perda de eficiência bélica (2º, III). E a sua proposta não consistia de modo algum em “soluções impossíveis” (MAZZARINO, 1991: 59): no século IV aconteceram combates nos quais os romanos lançaram mãos da antiga formação, como nas batalhas de Estrasburgo (357) e Adrianópolis (378), já comentadas.

Pretendi evidenciar ainda como que as transformações ocorridas no exército romano do século IV estiveram em íntima sintonia com aquelas verificadas no âmbito do poder imperial. A análise insere-se nos contornos que a História Militar adquiriu na atualidade, que privilegia o estudo das relações entre exércitos e sociedades, o lugar do exército no Estado, etc. (CORVISIER, 1993: 548). É orientada também pela idéia de que a guerra não é meramente a continuação da política por outros meios. De outra forma, é influenciada e em muitos casos condicionada pela cultura, como brilhantemente mostrou-nos o historiador inglês John Keegan (2006).

A partir das questões supracitadas, a investigação da ótica religiosa de um escritor que foi civil mas escreveu sobre assuntos militares permitiu-me captar nuances da guerra e do exército no fim do mundo antigo ainda não devidamente destacados. Muito provavelmente tal religiosidade contribuiu para que sua sensibilidade transparecesse em um trabalho que é eminentemente técnico e descritivo, como no trecho abaixo (2º, XVIII):

Si quis igitur pugna publica superari barbaros cupit, ut diuinitas nutu, dispositione imperatoris inuicti reparentur ex tironibus legiones, uotis omnibus petat. Intra breue autem spatium temporis iuniores diligenter electi et exercitati

cotidie non solum mane sed etiam post meridiem omni armorum disciplina uel arte bellandi ueteres illos milites, qui orbem terrarum integrum subegerunt, facile coaequabunt.

Se alguém quiser vencer as nações bárbaras em batalha campal, deverá pedir em todas as suas orações que, por vontade divina e mediante as sábias medidas do imperador, se restabeçam as antigas legiões com novos recrutas. Se esses recrutas treinarem todos os dias, de manhã e à tarde, no manejo das armas e nas manobras militares, virão a ser rapidamente dignos de igualarem os soldados antigos que conquistaram o mundo inteiro.

O apelo ao divino para que o exército clássico fosse restaurado é um reconhecimento implícito de que tal intento era no mínimo muito difícil. Como fica claro na citação, o imperador teria que ser convencido com o auxílio do sobrenatural. Soldados indisciplinados também deveriam ser convencidos, visto que já sob Graciano (367-383) havia abandonado as cotas de malha e os capacetes, razão pela qual foram reiteradas vezes destroçados pelos arqueiros godos (1º, XX).

Esse clamor de Vegécio deveria ter soado quase como um augúrio do que efetivamente aconteceu: a disciplina e o treinamento antigos não foram reintroduzidos pelo governo imperial. “Soldados relaxados em uma época de relaxamento são a coisa mais difícil de reformar, e há diversos tipos de custo político vinculado a tal tentativa (...)” (FERRILL, 1989: 111). Associado a isso, concorreu para o abandono das armaduras a forte germanização do exército (REZENDE FILHO, 1993: 28).

Sem dúvida alguma, mesmo para as guerras defensivas do Império Romano cristão a vitória aconteceria com competência e disciplina (1º, I), e não por milagre divino. Vegécio apelou para que as pessoas religiosas de seu tempo orassem pelo restabelecimento das antigas legiões, e para que o imperador e os militares fossem convencidos da importância dessa reforma. Talvez a maior beleza de seu texto seja o discurso apaixonado em um século quando, se muito, o patriotismo devia ser morno entre os romanos (FINLEY, 1990: 171). No entanto, nem esse apelo inflamado e nem tampouco as orações foram suficientes para impedir a débâcle.

Fontes primárias

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. Edição coordenada por Gilberto Gorgulho, Ivo Storniolo e Ana F. Anderson. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional, 1997.

ANÓNIMO. *Sobre asuntos militares*. Introd., edição, trad. e comentário de Álvaro Sánchez-Ostiz. Navarra: Eunsa, 2004.

FRONTINO, S. J. *Estratagemas*. Introd., trad. e notas de Miguel Mata. Lisboa: Sílabo, 2005.

VEGÉCIO. *Tratado de Ciência Militar*. Trad., estudo introdutório e notas de Adriaan de Man. Lisboa: Edições Sílabo, 2006.

VEGETIUS. *Epitoma rei militaris*: <http://www.intratext.com/X/LAT0189.HTM>> Acesso em: 6 nov. 2007.

Bibliografia

BOHEC, Y. L. *El ejército romano*. Barcelona: Ariel, 2004.

CARDINI, F. Guerra e Cruzada. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J.-C. (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval* – vol. I. Bauru, SP: EDUSC, 2002, pp. 473-487.

CARLAN, C. U. O mundo romano no século IV: decadência ou reestruturação. *Fênix – revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 4 – Ano IV – nº 1. Jan./Fev./Mar. 2007. Disponível em <<http://www.revistafenix.pro.br>> Acesso 10 jun. 2008.

CORVISIER, A. Militar [História]. In: BURGUIÈRE, A. [org.]. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, pp. 543-552.

COULANGES, N.-D. F. *A cidade antiga*. São Paulo: EDAMERIS, 1961. Versão para eBooksBrasil, 2006.

DAWSON, D. A. *As origens da Guerra no Ocidente*. RJ: Biblioteca do Exército, 1999.

EMBLETON, G. & MÀC DOWALL, S. *Late Roman infantryman, 236-565 A.D.* London: Osprey, 1994.

FERRILL, A. *A Queda do Império Romano – a explicação militar*. Rio Janeiro: Zahar, 1986.

FINLEY, M. I. O potencial humano e a queda de Roma. In: _____. *Aspectos da Antiguidade*. Lisboa: 70, 1990, pp. 167-175.

GOLDSWORTHY, A. *Generais romanos*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

_____. *Roman Warfare*. London: Cassell, 2000.

GÓMEZ-VILLEGAS, N. Respuestas a la crisis de Adrianópolis: la subida al poder de Teodósio I. *Ibéria*, 2, 1999, pp. 111-122.

GONÇALVES, A. T. M. Os Severos e a Anarquia Militar. In: MENDES, N. M. & SILVA, G. V. *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: Edufes, 2006, pp. 175-191.

KEEGAN, J. *Uma história da guerra*. São Paulo: CIA das Letras, 1995.

LOT, F. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: 70, 1980.

MACDOWALL, S. *Adrianople AD 378*. Oxford: Osprey Publishing, 2001.

MAZZARINO, S. *O fim do mundo antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MENDES, N. M. & SILVA, G. V. Diocleciano e Constantino: a construção do *DOMINATO*. In: _____. *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: Edufes, 2006, pp. 193-221.

REZENDE FILHO, C. de B. *Mudança de conceito estratégico e manutenção de padrão tático: a desagregação militar do Ocidente romano sob a pressão bárbara*. Tese. São Paulo: USP, 1993.

SILVA, G. V. da. *Reis, santos e feiticeiros*. Vitória: Edufes, 2003.

VEYNE, P. O Império Romano. In: ARIÈS, P. & DUBY, G. (dirs.). *História da vida privada – vol. I – Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 19-223.

_____. *Humanitas: romanos e não romanos*. In: GIARDINA, A. (dir.). *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992, pp. 282-302.